



Relatório de Gestão/PRODEB - 2022
Prestação de Contas

ACI – Assessoria de Controles Internos

Unidade jurisdicionada:
Cia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb

Natureza jurídica:
Sociedade de Economia Mista

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	6
1.1. IDENTIFICAÇÃO.....	6
1.2. INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)	6
1.3. INFORMAÇÕES GERAIS	6
1.3.1 OBJETIVO E LEGISLAÇÃO.....	12
1.3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – ORGANOGRAMA FUNCIONAL	13
1.3.3 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	14
2. ÁREA FINANCEIRA.....	16
2.1. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
2.2. ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS	16
3. ÁREA OPERACIONAL	20
3.1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS/ COMPROMISSO(S)/PROGRAMA(S)	20
3.2. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:.....	20
4. ÁREA ADMINISTRATIVA	22
4.1. PROCEDIMENTOS FORMAIS DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA - PRODEB	22
4.2. ÁREA PATRIMONIAL	28
5. ÁREA DE PESSOAL	31
5.1 ANÁLISE DA GESTÃO DE PESSOAL	31
SUBSTITUIÇÃO DA RAIS PELO ESOCIAL – ANO-BASE 2022	32
6. CONTROLE INTERNO	34
7. CONTROLE EXTERNO	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
PRODEB	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
DE	Diretor Executivo
DIS	Diretoria de Desenvolvimento e Integração de Soluções
DTC	Diretoria de Infraestrutura Tecnológica e Conectividade
ASJ	Assessoria de Suporte Jurídico
ACI	Assessoria de Controles Internos
GFA	Gerência Financeira e Administrativa
GRA	Gerência de Atendimento e Relacionamento
COFIC	Coordenação Financeira e Contábil
COAMP	Coordenação Administrativa de Materiais e Patrimônio
COGEP	Coordenação de Gestão de Pessoas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação da Receita: R\$1,00.....	17
Tabela 2 – Variação da Despesa: R\$1,00.....	19
Tabela 3 – Licitações, dispensas e inexigibilidades: R\$1,00.....	23
Tabela 4 – Contratos firmados no exercício.....	24
Tabela 5 – Contratos de gestão firmados no exercício.....	24
Tabela 6 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	24
Tabela 7 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	24
Tabela 8 – Convênios de captação.....	25
Tabela 9 – Convênios de repasse.....	26
Tabela 10 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	27
Tabela 11 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes R\$1,00.....	28
Tabela 12 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário.....	28
Tabela 13 – Pessoal por natureza da vinculação.....	32
Tabela 14 – Cargos comissionados.....	32
Tabela 15 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	33
Tabela 16 – Detalhamento da remuneração dos diretores Em R\$.....	33

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Legislação relacionada à Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB.....	12
QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB	14
QUADRO 3 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob responsabilidade da UJ.....	20
QUADRO 4 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ (por unidade orçamentária)	21
QUADRO 5 - Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa sob responsabilidade da UJ.	22.
QUADRO 6 – Tomadas de contas de contratos de gestão	25
QUADRO 7 – Tomadas de contas de convênios de repasse	26
QUADRO 8 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	27
QUADRO 9 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares	28
QUADRO 10 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo	29
QUADRO 11 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes	29
QUADRO 12 – Movimentação de pessoal no exercício.....	34
QUADRO 13 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB.	35
QUADRO 14 – Determinações/recomendações do TCE/BA.	35
QUADRO 15 – Recomendações dos demais órgãos de controle	36

1. IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1. IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB

Poder: Executivo

CNPJ: 13.579.586/0001-32

Órgão de Vinculação: Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB

1.2. INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: José Muniz Rebouças

Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022

1.3. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb) é uma sociedade por ações, de economia mista, tendo o governo estadual como seu principal acionista e está vinculada à Secretaria de Administração (Saeb), instituída nos termos da Lei nº 3.157 de 01 de outubro de 1973. A Companhia tem por objetivo principal a concepção, o provimento e a integração de soluções e serviços de tecnologia da informação e comunicação, compreendendo a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso, a segurança e o uso das informações, aos órgãos e entidades da administração pública do Estado da Bahia.

Para assegurar o cumprimento do objetivo supracitado, a PRODEB apresenta no seu portfólio serviços de data center, conectividade, soluções de Business Intelligence (BI), desenvolvimento e sustentação de sistemas, aplicativos, sites e portais, gestão técnica de serviços corporativos de TIC, além de serviços de assessoramento técnico à administração pública em geral, contando, hoje, com cerca de 90 clientes, entre instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de prefeituras.

Em 2022 a Prodeb marcou sua presença no processo de transformação digital do Estado, fornecendo infraestrutura segura, soluções tecnológicas inovadoras e pioneiras no setor público para atendimento aos órgãos e entidades estaduais. Neste contexto, a Prodeb hospeda em seu Data Center, que conta com sala-

cofre com certificação de segurança internacional emitida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as grandes bases de dados governamentais com monitoramento e suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias na semana e, tendo bloqueado mais de 335 milhões de ataques cibernéticos neste exercício. Dentre as hospedagens dos diversos sites, portais e sistemas corporativos e estratégicos do Estado, destacam-se o Sistema de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (Fiplan), Sistema informatizado de gestão de Recursos Humanos do Estado da Bahia (RHBahia), Sistema de Gestão Escolar, Licenciamento Integrado, Sistema de Saúde e Gestão Hospitalar (AGHUse), Sefaz Virtual (SVBA), Preço da Hora Bahia, Sistema Eletrônico de Informações (SEIBAHIA), Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG OGE), dentre outros. Serviço sempre em linha com as obrigações trazidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que visa proteger a privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais através da proteção dos seus dados pessoais. Ainda relativo a hospedagem no seu Data Center a Prodeb realizou a migração dos sistemas de clientes em ambiente mainframe para plataforma baixa preservando o acervo destas aplicações, em decorrência do surgimento de novas tecnologias, da carência de técnicos para sustentação dos sistemas, além da escassez de fornecedores, tornando-se crítica esta ação. Em atuação junto aos grandes projetos governamentais nas soluções tecnológicas de modernização e relevância estratégica para gestão governamental, são destacados como **PRINCIPAIS REALIZAÇÕES PRODEB:**

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - A plataforma digital de serviços públicos SAC Digital – integrando os órgãos e entidades para oferta de serviços digitais ao cidadão, alcançou em sua base de usuários de cerca de 4,5 milhões de cidadãos cadastrados, disponibilizando mais de 474 serviços digitais, contabilizando mais de 12 milhões de atendimentos pela plataforma. Ressalta-se que a Plataforma, implantada em julho de 2018, apresenta compliance a nova Lei Federal 14.129/21, conhecida como a Lei do Governo Digital, bem como vem atendendo aos requisitos prioritários da LGPD para a sua finalidade.

SERVIÇOS DIGITIZADOS - No ano de 2022, foram entregues novos serviços através da Plataforma Sac Digital, que irão facilitar sobremaneira a relação do cidadão com o Governo, como por exemplo:

1. Renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH,
2. Prova de Vida,
3. Delegacia Virtual,
4. Melhorias no serviço de Consulta ao Licenciamento de Veículos,
5. Agendamento de Consultas e Exames nas Policlínicas de Narandiba e Estrada,
6. Integração com a Receita Federal para validação de cadastro do cidadão na plataforma, seguida pelo saneamento de toda base dos cidadãos,
7. Integração com o GovBr para segunda autenticação ou habilitação segura para serviços digitizados,

EVOLUÇÃO NA ARQUITETURA TECNOLÓGICA - Além disso, a Plataforma passou por uma evolução na sua arquitetura tecnológica, dando continuidade a implantação do Novo Gestor de Identidade do Cidadão (estágio 1), que autoriza e autentica o seu acesso a plataforma com criptografia de conexão de dados, realizada em 2021, que substituiu 3 (três) soluções proprietárias, trazendo maior autonomia e governança, segurança e escalabilidade e menor custo de sustentação para o Estado. Em dezembro de 2022, foi implantado o estágio 2 dessa evolução que contemplou uma nova arquitetura baseada em microserviços, desacoplando do barramento de serviços as funcionalidades da Plataforma, com foco em utilização de soluções open source, operando em uma infraestrutura de containers com possibilidade de deploy em ambiente on-premisse ou de nuvem, substituindo mais 2 (duas) soluções proprietárias que faziam parte da solução de partida. Para a implantação, foi necessária a migração de dados de mais de 4 milhões de cidadãos e mais de 12 milhões de atendimentos para a nova Plataforma, que contou com a gestão e operacionalização da equipe do Núcleo de Inteligência de Dados (NID) da PRODEB.

PROJETOS DE BI - No contexto de Governança de dados, através do seu Núcleo de Inteligência de dados, que conta com mais de 38 BI implantados, 3,3 milhões de consultas, 15 mil análises desenvolvidas em mais de 86 mil horas de consultoria, a PRODEB teve importante participação em 2022 nos projetos de BI para diversos órgãos públicos, com destaque para:

1. Casa Civil - Gestão de Ações Governamentais,
2. Polícia Civil - Gestão de Delitos,
3. SEC – Gestão do Programa Bolsa Presença,
4. CBPM – Gestão Orçamentário-Financeira,
5. SAEB – Gestão de Demandas no Service Desk de atendimento ao RH Bahia,
6. DETRAN – Gestão de Desempenho do Novo Serviço de Renovação de CNH.

SOLUÇÕES DE EFICACIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Dentre as soluções de Sistemas de Informação desenvolvidas ou que tiveram evoluções significativas ao longo do ano de 2022, podem ser destacadas:

Sistema SVBA/PLAC - Desenvolvida pela PRODEB em parceria com a SEFAZ, a PLAC Fat-e é uma plataforma de consulta e registros de informações sobre vendas a prazo de mercadorias, contidas nas notas fiscais eletrônicas (NF-es), vinculada à SEFAZ Virtual Bahia - SVBA. Tem como principais objetivos a Validação das notas eletrônicas antes do crédito e o monitoramento dos eventos até a efetiva liquidação da operação. Coleta informações de 24 Estados da Federação e possui uma Média de 1.800.000 NF-es processadas/dia. No ano de 2022 a PRODEB implantou várias evoluções, relativas ao SVBA/PLAC, com destaque para:

- O módulo de Entrega dos eventos de monitoramento, em tempo real, do transporte de mercadorias com coleta e recepção de eventos relativos ao andamento da operação associadas às duplicatas;
- O Módulo de Entrega da tarifação de escrituradores para os eventos de transportes.

Sistema Preço da Hora - Desenvolvida pela PRODEB em parceria com a SEFAZ o Preço da Hora Bahia - PHBA é uma Plataforma de consulta web e mobile que permite dotar a sociedade de informações sobre os preços praticados no mercado local. Permite a todos os cidadãos conhecerem os preços recentes de mais de 500 mil produtos comercializados em toda a Bahia. Todos os dias são processados, em média, 3,8 milhões de notas fiscais, com picos superiores a 4,6 milhão de vendas. Os dados abrangem um universo de até 180 mil estabelecimentos de todos os 417 municípios baianos.

No ano de 2022, além de várias melhorias feitas no sistema, foi desenvolvido e disponibilizado para o cidadão o aplicativo Mobile nas versões IOS e ANDROID para acesso ao sistema.

Sistema AGHUse – Sistema Integrado de Gestão Hospitalar Sistema considerado referencial no segmento de gestão hospitalar, desenvolvido no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e mantido também pela comunidade da qual faz parte a SESAB que no ano de 2022 cumpriu a meta de contribuição em soluções de melhorias e correções para a comunidade, em conjunto com a equipe da PRODEB, sendo a meta prevista foi atingir 39,4 pontos no ano. A Rede Estadual de Saúde da Bahia tem se tornado referência em gestão hospitalar e prontuário eletrônico através do AGHUse. Essa referência também tem sido refletida no Ministério da Saúde, que, além disso, necessitou de informações que o AGHUse disponibilizou de forma mais simplificada através de barramentos de serviços. A PRODEB realizou implementações no ano de 2022 para que fosse possível ao Ministério da Saúde continuar obtendo os dados dos diversos módulos do sistema, de forma automática reduzindo a necessidade de planilhas. Esse sistema permite registrar os processos administrativos, assistenciais e de apoio à assistência de forma integrada e com o objetivo de melhorar o atendimento ao paciente, o acesso à pesquisa e a gestão administrativa da instituição, através de seus 11 módulos, cobrindo todas as áreas de negócio do seguimento de saúde.

SIGES - Sistema Integrado de Gestão em Saúde - Cedido pelo governo do Estado do Ceará e mantido em parceria com a PRODEB, o SIGES é um Sistema de prontuário eletrônico utilizado nas policlínicas do Estado. O sistema foi fundamental para viabilizar a implantação dessas Policlínicas, um dos programas prioritários do Governo do Estado da Bahia. Ao longo de 2022, a PRODEB implementou uma série

de melhorias no SIGES que contribuíram para o crescimento de sua utilização pelas policlínicas, com destaque para atualização da versão plataforma de software MAKER, que suporta o sistema, trazendo melhorias de segurança e interatividade para os usuários.

No ano de 2022, o SIGES foi implantado em novas policlínicas, conforme programa de expansão da SESAB.

Sistema FIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia - FIPLAN é compartilhado entre as Secretarias da Fazenda (SEFAZ) e do Planejamento (SEPLAN), cujo objetivo é o aperfeiçoamento dos registros dos processos de planejamento, contabilidade, execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública do Estado da Bahia.

O FIPLAN integra em uma única ferramenta, via web, os sistemas antes utilizados para gerir o planejamento, a execução orçamentária e a prestação de contas do Estado da Bahia, contribuindo para a melhoria da qualidade da informação nestas áreas de atuação governamental.

Em 2022 foi feita uma evolução em todo o sistema para garantir as adequações decorrentes da Portaria Conjunta nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), que estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de forma obrigatória a partir do exercício de 2023, incluindo a elaboração, em 2022, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO e do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, referentes ao exercício de 2023.

Sistema LI – Sistema de Licenciamento Integrado de Veículos O Sistema de Licenciamento Integrado (LI) é uma solução integrada de interação entre os sistemas responsáveis pelos serviços relacionados à geração e controle financeiro das taxas e tributos para licenciamento, IPVA, DPVAT e multas de veículos.

Ele permite o registro do pagamento, rastreamento e controle da distribuição dos valores envolvidos para toda a cadeia relacionada a gestão e regularização de veículos automotores. Nesse contexto, estão o DETRAN/BA, a SEFAZ, a PRODEB, os bancos conveniados e os demais órgãos executivos de trânsito municipais.

Em 2022 foi feita uma evolução do sistema para permitir a mudança do parcelamento do IPVA em 5 cotas, bem como novas faixas de desconto, de 20% para pagamento antecipado e de 10% e para pagamento a vista.

CAF Digital - O Cadastro Unificado de Fornecedores Digitalizado (CAF Digital) foi lançado pela Secretaria da Administração (SAEB) em parceria com a Companhia de Processamento de Dados (PRODEB), com o objetivo de beneficiar os mais de 100 mil fornecedores do Estado, agilizando e desburocratizando novos interessados em fornecer produtos e serviços para o executivo, além de diminuir os custos de impressão, transporte e armazenamento de documentos físicos do estado. A solução

também permite que os fornecedores já cadastrados também possam efetuar atualizações de documentos eletronicamente, sem precisar se deslocar até um órgão público. Em 2022, foram implantadas várias melhorias, visando dar mais praticidade para os usuários e gestores do sistema.

SEI Ba - Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é um sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho. Uma das suas principais características é a libertação do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real. O SEI é uma ferramenta que permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema, proporcionando a virtualização de processos e documentos, permitindo atuação simultânea de várias unidades ao mesmo tempo em um mesmo processo, ainda que distantes fisicamente, reduzindo o tempo de realização das atividades. Em 2022 foi feita a migração para a nova versão, SEI 4.0, que agregou uma maior segurança e facilidade na produção, tramitação e gestão de documentos administrativos.

Sistema de Frequência - O Frequência Bahia é um sistema de propriedade do Estado, que tem como principais funcionalidades, o registro de ponto via biometria facial, o registro da geolocalização dos usuários, relatórios de controles e de estatísticas, escalas de trabalho, autenticação por QRCode e integração com o RH Bahia. Com a implantação desse sistema é esperado que os servidores/empregados possam registrar o ponto de qualquer dispositivo com acesso à rede governo, e que, os gestores possam realizar o devido acompanhamento da frequência, otimizando o desempenho dos processos de negócio.

Sistema de Precatórios - Sistema para controle de seleção dos servidores da área de educação elegíveis para recebimento de valores a receber com verbas oriundas de precatórios do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef), com disponibilização de portal para acesso dos elegíveis e valores a receber, bem como acompanhamento dos processos para requerentes que não tenham sido contemplados por pendências de documentação.

Sistema Orquestrador de Serviços - Plataforma de serviços responsável por mediar toda integração entre o SAC Digital e os Serviços do Estado da Bahia, que passa a fornecer informações obtidas da Carta de Serviços, portal instituído por lei federal para manter todos os serviços oficiais prestados pelos órgãos do estado.

1.3.1 OBJETIVO E LEGISLAÇÃO

A PRODEB tem por objetivo, prover soluções com Tecnologias de Informação e Comunicação (TI e TIC) para modernizar e aprimorar a gestão governamental e o relacionamento com a sociedade.

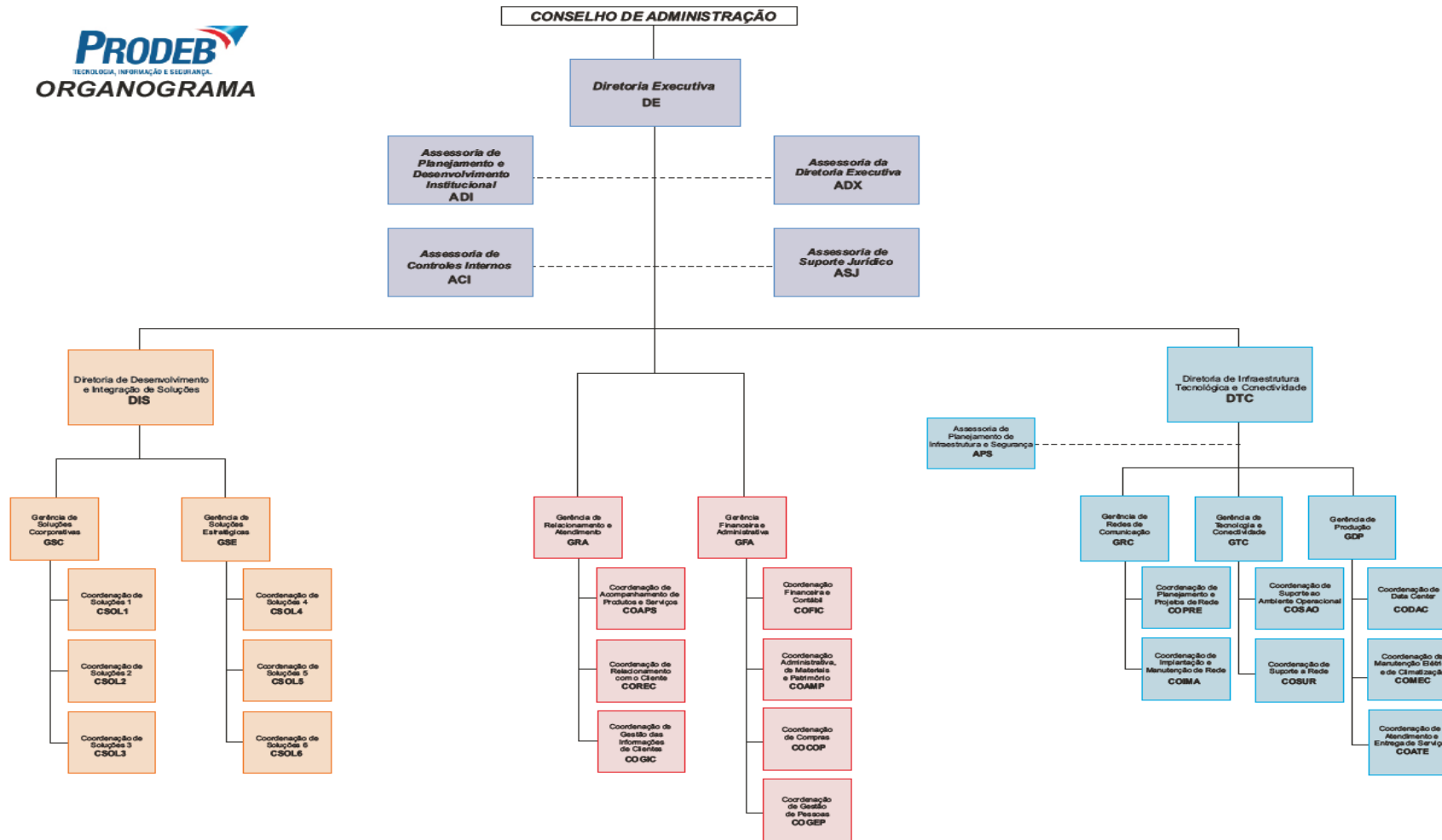
Foi instituída nos termos da Lei nº 3.157 de 1º de outubro de 1973 e alterada pela Lei Nº 9.845, de 28 de dezembro de 2005, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade de economia mista, com tempo indeterminado de duração, vinculada à Secretaria da Administração, conforme disposto na Lei nº 4.697, de 15 de julho de 1987.

QUADRO 1 – Legislação relacionada à Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB

Número	Descrição
Lei nº 3.157 de 1º de outubro de 1973	Lei de criação da sociedade
Lei Nº 9.845, de 28 de dezembro de 2005	Alteração da Lei de Criação
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016	Lei das Estatais

Fonte:ADI/DE

1.3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – ORGANOGRAMA FUNCIONAL



1.3.3 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB

Nome da unidade	Finalidade	Principais competências
Diretor Executivo – DE	Formular políticas e diretrizes empresariais, propor e implementar decisões do Conselho de Administração, coordenar a formulação e acompanhar a execução do planejamento global e setorial, bem como apoiar os órgãos internos no exercício das atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento Estratégico; - Processos Internos; - Documento Regulamentadores; - Administração de Formulários; - Coordenação de Mudanças Organizacionais; - Relatórios Globais / Gestão; - Suporte aos Órgãos Colegiados; - Assessoramento Jurídico; - Licitação; - Comunicação e Marketing Institucional; Endomarketing; - Cobertura Jornalística; - Controle Interno e Auditoria; - Gestão de Custos; - Gestão de Portfólio de Serviços - Elaboração de Planos de Negócios - Definir metas de vendas e indicadores de desempenho dos serviços - Definição do SLA dos Serviços - Relacionamento com clientes - Prospecção e negociação junto aos clientes - Orçamento de serviços ofertados aos clientes - Gestão de contratos e convênios de clientes - Gestão da Central de Serviços - Acompanhamento de indicadores e SLA dos serviços - Acompanhamento e implantação de serviços nos clientes - Pesquisa de Satisfação - Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal - Administração de Pessoal - Remuneração e Carreira - Benefícios - Serviços Gerais - Patrimônio - Suprimentos - Compras - Faturamento - Contas a pagar e a receber - Planejamento Fiscal - Orçamento Empresarial - Contabilidade

Nome da unidade	Finalidade	Principais competências
Diretoria de Desenvolvimento e Integração de Soluções – DIS	Promover o desenvolvimento e manutenção, a integração e disponibilização de soluções de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), através de análise, implementação, manutenção e gestão de sistemas de informações; prospecção, seleção e implantação de soluções; racionalização de processos de clientes e administração de dados	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de Processo, Metodologia e Arquiteturas - Auditoria nos Serviços - Gestão dos Indicadores dos Serviços - Pesquisa e Desenvolvimento - Prospecção, homologação e projeto de Produtos de Software - Manutenção de Sistemas, Sites e Portais e Soluções de BI - Desenvolvimento de Sistemas, Sites e Portais e Soluções de BI - Modelagem, Implementação e Sustentação de Processos - Administração de Dados
Diretoria de Infraestrutura Tecnológica e Conectividade – DTC	Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades concernentes a: modernização, operação e monitoramento do ambiente computacional centralizado e distribuído e das redes especializadas de comunicação, bem como a prestação de serviços relacionados; assessoramento e gestão da segurança integrada,	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão da Política de Segurança da Informação - Auditorias e Consultorias de Segurança - Planejamento de capacidade de infraestrutura para o Data Center - Gestão dos padrões e serviços de portfólio - Gestão dos níveis de serviços de TI e indicadores - Planejamento das Infovias Digitais - Elaboração dos Projetos de Redes - Realização de Diagnósticos de rede - Gestão das instalações e manutenções dos Pontos de Acessos - Gestão dos indicadores dos Pontos de Acessos - Planejamento e Gestão dos Backbones de Redes - Operacionalização das Diretrizes da Política de Segurança - Gestão e Suporte de rede do Data Center - Gestão e Suporte dos Sistemas Operacionais do Data Center - Gestão e Suporte de Banco de Dados do Data Center - Prospecção de Soluções Tecnológicas de Infraestrutura - Gestão e Manutenção do Sistema Elétrico e de Climatização - Operação e monitoramento dos serviços do Data Center - Gestão e Suporte do Serviço de Backup - Gestão e suporte ao usuário - Suporte às Soluções de Ambientes Colaborativos

Fonte: ADI/DE

2. ÁREA FINANCEIRA

2.1. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2022, a PRODEB contabilizou lucro de R\$ 21.666.332. Este efeito positivo decorre, notadamente: das atividades operacionais desempenhadas pela Companhia na prestação dos serviços; das reversões das perdas com crédito de liquidação duvidosa dos títulos a receber mediante respectivos adimplementos no corrente exercício; dos rendimentos advindos das aplicações financeiras; e do reconhecimento de créditos tributários diferidos oriundos de prejuízo fiscal.

Vale ressaltar que o referido lucro do exercício será absorvido pelo prejuízo acumulado da Companhia.

A PRODEB alcançou índice de liquidez corrente de 2,25 em 31.12.2022, frente a 2,96 em 31.12.2021 e se manteve regular com os compromissos fiscais e previdenciários.

2.2. ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS

Receitas :

Desenvolvimento e Manutenção – O realizado foi maior que o orçado, decorrente de reajustes contratuais motivados pelo aumento de custo de pessoal técnico, bem como a execução de projetos inicialmente não previstos.

Hospedagem – O valor realizado do serviço de Hospedagem menor do que o orçado, foi em razão do valor orçado para o serviço de hospedagem em ambiente de Hiperconvergência, cuja contratação do mesmo não foi realizada pela PRODEB.

Processamento de Dados – O valor realizado acima do orçado, ocorreu em razão do aumento do consumo de recursos tecnológicos de processamento de dados.

Conectividade e Redes - O valor realizado acima do orçado, ocorreu em razão do aumento da contratação de pontos da Rede governo

Soluções Aplicativas - O valor realizado acima do orçado, foi em função do reajuste em contratos do Office e novas contratações de BI SERVICE.

Consultorias – O valor realizado menor do que orçado, foi em razão do cancelamento da prestação desse serviço.

Custos e Despesas:

Serviços de Terceiros - a variação entre o orçado e real desta rubrica no valor de R\$ 13,1 MM correspondem a serviços orçados e não contratados de aproximadamente R\$ 6,8 MM e serviços contratados, porém realizados abaixo do planejado no valor de R\$ 6,0 MM. Os principais serviços orçados e não contratados (DTC e DIS) referem-se a Instalação e configuração – Novo monitoramento e ao serviço de Solução de segurança de perímetro da internet.

Aluguéis Leasing - variação entre o orçado e real de R\$ 7,6 MM correspondem a serviços orçados e não contratados de aproximadamente R\$ 3,4 MM e serviços contratados e realizados abaixo do planejado no valor aproximado de R\$ 2,7 MM..

Pessoal - O gasto com pessoal realizado no período de janeiro a dezembro/2022 está R\$ 18 MM a maior em relação ao orçado. Essa variação refere-se basicamente ao impacto financeiro decorrente de novas contratações, reenquadramento de cargos existentes e rescisões não previstos em orçamento.

Ademais, é possível identificar que, em maio/2022, há o aumento natural decorrente do reajuste salarial no mês que contemplou a majoração do salário em 4%, acrescido do valor fixo de R\$ 300.

Adicionalmente, no mês de maio/2022, ainda em decorrência do reajuste salarial, houve impacto nos cálculos de provisões de férias, gratificação semestral e décimo terceiro, sendo necessário ajuste dos saldos acumulados já reconhecidos.

Despesas gerais - no exercício de 2022, a empresa contabilizou reversão de Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD no montante aproximado de R\$ 5,3 MM (Em 2021, houve reversão de R\$ 7, 6 MM), pelo recebimento dos créditos em atraso. É relevante informar que quando foi realizado a elaboração da peça orçamentária (setembro/outubro/21), foi orçado o valor de R\$ 8,6 MM, porém, em 31 de dezembro de 2021 o saldo real dos créditos a receber de exercícios anteriores se encontrava no patamar de R\$ 5,4MM

Despesas e receitas financeiras – A variação nesta rubrica corresponde basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras. São operações em cotas de Fundos de Investimento, classificados como baixo risco, indexados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Impostos e contribuições sobre o lucro - valor referente a imposto de renda e contribuição social sobre líquido, calculado através da sistemática do lucro real anual com base no resultado contábil ajustado de adições e exclusões previstas na legislação tributária vigente. Vale salientar que as reversões da PECLD atendem aos critérios fiscais estabelecidos no Decreto 9.580/2018.

A Administração, com base no laudo de avaliação de projeção de resultados fiscais, reconheceu crédito, no Resultado de 2022, o montante de R\$ 4 MM.

Tabela 1 – Variação da Receita: R\$1,00

Tipo/natureza da receita	Previsão (a)	Realização (b)	Variação (c)=(a-b)
Receitas Operacionais Bruta	147.162.897	156.772.943	(9.610.046)
Hospedagem	52.271.107	50.664.802	1.606.305
Processamento Dados	6.668.734	7.211.158	(542.424)
Conectividade e Redes	19.950.535	20.771.296	(820.761)
Soluções Aplicativas	5.494.940	6.587.795	(1.092.855)
Desenvolvimento e Manutenção	55.405.783	62.242.110	(6.836.327)
Sistemas Corporativos	7.186.767	9.209.039	(2.022.272)
Consultoria	185.031	86.744	98.287
(-) Deduções	(23.446.529)	(24.733.845)	1.287.316
Outras Receitas Operacionais	-	24.911	24.911
Receitas Operacionais Líquida	123.716.368	132.039.098	(8.322.730)

Fonte: COFIC/GFA

Tabela 2 – Variação da Despesa: R\$1,00

Tipo/natureza da despesa	Previsão (a)	Realização (b)	Variação (c)=(a-b)
Custo Despesas Operacionais	(112.439.069)	(105.770.564)	(6.668.505)
Honorários	(1.227.530)	(1.209.973)	(17.557)
Pessoal	(58.833.583)	(77.085.201)	18.251.618
Serviços de Terceiros	(33.355.169)	(20.230.352)	(13.124.817)
Concessionárias de Serviços Públicos	(3.581.872)	(2.959.435)	(622.437)
Aluguéis e Leasing	(14.244.062)	(6.615.142)	(7.628.920)
Materiais	(1.588.616)	(609536)	(979.080)
Despesas com Viagens	(266.400)	(44.039)	(222.361)
Despesas Gerais	4.697.252	1.722.985	2.974.267
(-) Créditos Tributários	1.988.379	1.505.983	31.061
Gastos não Desembolsáveis	(5.672.400)	(5.737.137)	64.737
Outros Tributos e Contribuições	(91.673)	(233.610)	((141.937)
Despesa s e receitas Financeiras	(57.447)	5.766.988	(5.824.435)
RESULTADO	11.2777.299	26.268.534	(14.991.235)
Impostos e Contribuições sobre Lucro	(3.834.282)	(4.602.202)	767.920
LUCRO/(PREJUÍZO) LIQUIDO PERÍODO	7.443.017	21.666.332	(14.223.315)

Fonte: COFIC/GFA

3. ÁREA OPERACIONAL

3.1. AValiação dos Resultados da Execução das Ações Orçamentárias/Compromisso(s)/Programa(s)

Resposta:

"Não se aplica"

A Companhia de Processamento de Dados do estado da Bahia - PRODEB - por se enquadrar como uma estatal independente possui autonomia e flexibilidade no gerenciamento de seus recursos endereçados ao custeio, **tendo em vista fazer a execução e gestão orçamentária, financeira e contábil em sistema próprio e não no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia - FIPLAN.**

3.2. AValiação dos Resultados das Ações Orçamentárias:

QUADRO 3 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob responsabilidade da UJ.

Resposta: "Não se aplica". Vide resposta acima no item "3.1".

Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso ⁽¹⁾ :	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias⁽²⁾	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações prioritárias.

⁽²⁾ Ações orçamentárias com indicativo de prioridade (Referência: Relatório M&A 004/FIPLAN).

QUADRO 4 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ (por unidade orçamentária)

Resposta: *Não se aplica*. Vide resposta acima no item “3.1”.

Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso⁽¹⁾:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

⁽²⁾ Ações orçamentárias sem indicativo de prioridade, porém consideradas relevantes pela UJ (Referência: Relatório M&A 004/FIPLAN).

QUADRO 5 - Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa sob responsabilidade da UJ.

Resposta:"Não se aplica". Vide resposta acima no item "3.1".

Unidade Orçamentária (UO):								
Programa:								
Compromisso:								
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira		
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto	Em execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Pago (R\$)
Total								

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2016-2019 – M&A 011.

4. ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1. PROCEDIMENTOS FORMAIS DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA - PRODEB

Analisando os dados abaixo, observa-se que a modalidade de licitação preferencialmente adotada pela PRODEB foi o Pregão Eletrônico, o que demonstra que a grande maioria das contratações realizadas foi para bens e serviços de natureza comum.

A adoção do Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns reflete o acatamento à legislação em vigor no país, notadamente à Lei Federal 10.520/2002, o Decreto Federal 5.450/2005 e à Lei Estadual 9.433/2005, buscando, também, estar em consonância à Lei de Responsabilidade das Estatais, 13.303/2016, por meio do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Prodeb.

Diante do supracitado, no período de referência foram observadas que 29 contratações foram realizadas através de Pregão Eletrônico.

No tocante às contratações diretas, foram realizadas 46 dispensas e 14 inexigibilidades. Essas formas de contratação se traduzem em exceções à regra, que é licitar, e somente foram utilizadas quando devidamente enquadradas nas hipóteses estabelecidas na Lei Estadual 9.433/2005.

Assim, no que tange à contratação por meio de dispensa, a grande maioria enquadra-se como contratações de pequeno valor, nos termos do Artigo 34, Inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos.

Já no que se refere às inexigibilidades, que podem ser caracterizadas quanto à impossibilidade da concorrência, as contratações se caracterizam pela exclusividade existente ao fornecimento para esta Companhia e ao funcionamento do Estado.

A PRODEB, portanto, pauta o seu processo de aquisições em respeito à legislação vigente, adotando como regra para suas contratações o Processo Licitatório, preferencialmente através da modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica. As demais hipóteses constituem exceções à regra e são obrigatoriamente justificadas e enquadradas, nos termos acima expostos.

Tabela 3 – Licitações, dispensas e inexigibilidades: R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite	-	-	-	-	-
Tomada de preços	-	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-	-
Pregão Presencial	-	-	-	-	-
Pregão Eletrônico	02	-	27	29	63.986.799,53
Concurso	-	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-	-
Regime Diferenciado de Contratações Públicas(RDC)	-	-	-	-	-
Outros ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-
Subtotal	02	-	27	29	63.986.799,53
Contratação direta					
Dispensa	46	-	46	46	693.145,42
Inexigibilidade	15	-	15	15	2.350.335,77
Outros ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-
Subtotal	61	-	61	61	3.043.481,19
Total	63	-	89	89	67.030.280,72

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.

⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.

⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta.

Tabela 4 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contrato atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	48	60.582.866	29.758.986

Fonte: **COCOP/GFA**

Nota:

⁽¹⁾valor desembolsado no exercício (acumulado)

Tabela 5 – Contratos de gestão firmados no exercício

Resposta: "Não se aplica" APRODEB não tem contrato de gestão

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão			

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾valor desembolsado no exercício (acumulado)

Tabela 6 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	102	69.348.031,96	29.330.980,63	109.984.674,47

Fonte: **COCOP/GFA**

Nota:

⁽¹⁾ incluem os aditivos

Tabela 7 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores

Resposta: "Não se aplica" APRODEB não tem contrato de gestão:

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão				

Fonte:

Nota:

⁽¹⁾ incluem os aditivos

QUADRO 6 – Tomadas de contas de contratos de gestão

Resposta: "Não se aplica" APRODEB não tem contrato de gestão

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

Tabela 8 – Convênios de captação

Resposta: "Não se aplica" A PRODEB não tem convênio de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Recebimento (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios						
Outros Ajustes ⁽⁵⁾						
Total						

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

Tabela 9 – Convênios de repasse

Resposta: "**Não se aplica**" APRODEB não tem convênio de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Desembolso (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios						
Outros Ajustes ⁽⁵⁾						
Total						

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 7 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Resposta: "**Não se aplica**" APRODEB não tem convênio de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

Tabela 10 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Resposta: "Não se aplica" A PRODEB não tem acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Desembolso (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Acordos de cooperação						
Termos de fomento						
Termos de colaboração						
Total						

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos acordos/termos vigentes no exercício da prestação de contas.

QUADRO 8 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.

"Não se aplica" APRODEB não tem acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	
Tomadas de contas de termos de colaboração	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 9 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias	-	-	-
Processos administrativos disciplinares	-	-	02

Fonte:

Notas:

(1) Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2. ÁREA PATRIMONIAL

Em 2022, as movimentações ocorridas em bens permanentes da Companhia, referem-se, principalmente, à aquisição de equipamentos de informática (os quais são atrelados à continuidade das atividades da área fim da Prodeb) e a saídas por baixa e alienação de bens obsoletos ou inservíveis que não mais atendiam às necessidades da empresa. As movimentações referentes aos bens de consumo são decorrentes da dinâmica normal das atividades finalísticas e administrativa da empresa

Tabela 11 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes R\$1,00

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	638.163,30	130.569,10	(135.362,345)	633.370,06
Bens permanentes	67.250.218,80	21.091.029,08	(1.300,00)	88.339.047,88
Total	67.888.382,10	21.221.598,18	(136.662,34)	88.973.317,94

Fonte:COAMP/GFA

Tabela 12 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

"Não se aplica" O terreno e edificações pertencem ao Estado da Bahia.

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno	-	-	-	-	-	-	-
Fazenda	-	-	-	-	-	-	-
Edificação							
Barragem	-	-	-	-	-	-	-
Adutora	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

QUADRO 10 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
TOTAL DE ITENS COM DIFERENÇA DE QUANTIDADE	13	Com a consolidação dos dados coletados e confrontação com os registros do sistema, chegou-se à conclusão de que não há situação de descontrole, e que as desconformidades encontradas não apontam para um desvio das melhores práticas, em face dos resultados indicarem que todas as diferenças estiveram abaixo de 5(cinco) pontos percentuais, tanto na quantidade de itens em desconformidade, quanto no valor monetário que esses itens representam no custo total do Estoque
ITENS COM QUANTIDADE ABAIXO DO ESPERADO	6	
ITENS COM QUANTIDADE ACIMA DO ESPERADO	7	

Fonte: Relatório Final - Inventário Anual de Materiais de Estoque – Exercício de 2022 (Dezembro de 2022).

Nota:

(1) Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário

QUADRO 11 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
BENS NÃO LOCALIZADOS PELO INVENTÁRIO	247	Desses itens não localizados, 175 referem-se a bens que, a partir de informação fornecida pela COAMP estão em processo de baixa. Faz-se necessário, proceder com tentativa de busca e identificação desses bens, a validação dos possíveis motivos para tomada de decisão sobre a baixa no sistema patrimonial e contábil como perdas de Bens não Localizados no Inventário, com a autorização da Administração. O volume de itens não encontrados não foi significativo ao ponto de causar impacto contábil na Prodeb
Bens sem Identificação	28	A Comissão entende que a COAMP deve rever os problemas apontados na gestão e controle do patrimônio, principalmente no que diz respeito à comunicação entre as áreas e a execução das solicitações de movimentações e baixa dos bens.

BENS EM ÓRGÃOS EXTERNOS	190	Para os bens em órgãos externos que não tenham documentação comprobatória, a mesma deverá ser regularizada por parte dos Gestores/COAMP. A COAMP, juntamente com as áreas técnicas, deve empregar esforços com o intuito de melhorar a gestão dos bens patrimoniais, sobretudo dos equipamentos instalados em clientes
BENS DE TERCEIROS INSTALADOS EM CLIENTES	52	

Fonte: Inventário Anual Patrimonial - Relatório Final – Exercício 2022 (02/2023)

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário.

5 ÁREA DE PESSOAL

5.1 ANÁLISE DA GESTÃO DE PESSOAL

Na tabela 13 - Pessoal por natureza da vinculação

Em análise aos dados da referida tabela, podemos verificar que no ano de 2022 houve aumento de empregados celetistas, fato este devido contratação de cargos comissionados visando atender demandas do Estado aprovadas pelo Conselho de Administração da Prodeb.

Vale ressaltar que não se aplica a esta Companhia a modalidade de contratação Regime de Direito Administrativa - REDA e Prestação de Serviço Temporário - PST.

Na tabela 14 - Cargo comissionado

Pode-se observar que houve incremento nas contratações de cargos comissionados sem vínculo, considerando a necessidade de atender as demandas do Estado aprovadas pelo Conselho de Administração da Prodeb.

Na tabela 15 - Evolução da despesa de pessoal sem encargos social

Observamos que, no transcurso do ano de 2022 houve um incremento médio de despesas com pagamento de empregados de 43,53% em relação ao ano de 2021. Isto se deu em decorrência das novas contratações de cargos comissionados demonstrado na tabela 13, bem como reajuste salarial em percentual de 4%, acrescido de R\$ 300,00(trezentos reais) por empregado, conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

Na tabela 16 - Detalhamento da remuneração dos Diretores

Observamos ainda, que ocorreu variação na ordem de 7,65 % nos valores pagos aos Diretores, trata-se de incremento de honorário decorrente do decreto estadual, aplicado a partir de maio/22. Os Conselhos são compostos por: Administração 07 (sete) membros e Fiscal 03 (três) membros, para além dos conselhos temos o Comitê de Auditoria e Risco composto por 03 (três) membros, tendo seus incrementos respectivamente: 5,03%, 10,11% e 10,11%, agregados pelo percentual de 4%, acrescido de R\$ 300,00 (trezentos reais) por conselheiro, aplicados a partir maio/2022.

SUBSTITUIÇÃO DA RAIS PELO ESOCIAL – ANO-BASE 2022

A partir do ano-base 2019, as empresas que fazem parte do grupo de obrigadas ao envio de eventos periódicos (folha de pagamento) ao eSocial tiveram a obrigação de declaração via RAIS substituída, conforme Portaria SEPRT nº 671/2021. O cumprimento da obrigação relativa à RAIS ano-base 2022, por esta empresa, se dá por meio do envio de informações ao eSocial.

Tabela 13 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2021	2022
Empregados da UJ		
Celetistas	527	588
À disposição de outros órgãos	67	62
Subtotal	594	650
Outros		
REDA	Não se aplica	Não se aplica
Prestação de Serviço Temporário (PST)	Não se aplica	Não se aplica
De outros órgãos à disposição da UJ	01	01
Subtotal	01	01
Total	595	651

Tabela 14 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2021	2022
Com vínculo	22	21
Sem vínculo	279	365
Total	301	386

Fonte: COGEP/GFA

Tabela 15 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa (R\$)		% de variação
	2021	2022	
Empregados	49.812.804,87	71.497066,73	43,53%
Diretores	589.496,90	634.573,08	7,65%
Membros do Conselho de Administração	378.000,00	397.020,00	5,03%
Membros do Conselho Fiscal	81.000,00	89.190,00	10,11%
Membros do Comitê de Auditoria e Riscos	81.000,00	89.190,00	10,11%
Total	50.942.301,77	72.707.059,81	42,72%

Fonte: COGEP/GFA

Tabela 16 – Detalhamento da remuneração dos diretores Em R\$

Descrição	Total	
	2021	2022
Remuneração dos diretores		
I – Remuneração fixa (a+b+c+d)	589.496,90	634.573,08
a) salário ou pró-labore	589.496,90	634.573,08
b) benefícios diretos e indiretos	Não se aplica	Não se aplica
c) remuneração por participação em comitês	Não se aplica	Não se aplica
d) outros	Não se aplica	Não se aplica
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	54.000,00	57.840,00
e) bônus	Não se aplica	Não se aplica
f) participação nos resultados	Não se aplica	Não se aplica
g) remuneração por participação em reuniões	54.000,00	57.840,00
h) comissões	Não se aplica	Não se aplica
i) outros	Não se aplica	Não se aplica
III – Total da remuneração (I + II)	643.496,90	692.413,08

Fonte: COGEP/GFA

QUADRO 12 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	142
efetivo	-
cargo comissionado	127
REDA	Não se aplica
Contrato prazo determinado	15
Exoneração/Desligamento	90
efetivo	34
cargo comissionado	56
REDA	Não se aplica
Disponibilização	-
de outros órgãos	-
para outros órgãos	-
Aposentadoria	-

6 CONTROLE INTERNO

No exercício de 2022, a Assessoria de Controles Internos – **ACI** – envidou esforços para o desenvolvimento e ações preventivas e de orientações às unidades da Companhia, com o objetivo de assegurar a legalidade, eficiência, legitimidade, e transparência das atividades, proporcionando apoio à Alta Administração para sua gestão.

O modelo de atuação em controles internos na PRODEB baseia-se na manutenção, atualização de procedimentos e divulgação dos mesmos para a sua estrutura organizacional, no monitoramento e resposta aos riscos corporativos identificados, através do Gerenciamento de Riscos e atividades de Auditoria Interna mapeados para a Companhia.

Para a execução do trabalho seguiu-se o estabelecido na Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras.

Como também, seguiu-se o estabelecido no Decreto Estadual nº 16.059 de 30 de abril de 2015 (que disciplina as atividades das Coordenações de Controle Interno), bem como o estabelecido na orientação técnica AGE nº 04/2019 da Auditoria Geral do Estado (AGE). Conjuntamente, as validações propostas foram executadas à luz da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre as responsabilidades das

Empresas Estatais.

Objetivando minorar os fatores de riscos e atendendo a legislação vigente, a Prodeb contrata, anualmente, auditores externos independente, os quais realizam auditoria nas demonstrações contábeis financeiras e emitindo pareceres e relatórios.

QUADRO 13 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício 2022 pelo controle interno da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB.

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção
GFA/COFIC/PRODEB	Auditoria das rubricas de Caixa e Bancos da PRODEB
GFA/COFIC/PRODEB	Revisão Analítica trimestral, exercício 2022
GFA/COGEP/COFIC/PRODEB	Inspeção Folha Pagamento de Pessoal – Rubrica Reembolsos
GFA/COAMP/PRODEB	Inspeção na área de Bens Imóveis x Gestão Contas de Consumo (GCC)
GFA/ASJ/PRODEB	Auditoria pagamentos por termo indenizatório – ano 2022
DTC/GFA/PRODEB	Auditoria Contratação Direta Inexigibilidade – Licenciamento por Subscrição do Softwares CA
GRA/GFA/PRODEB	Auditoria Processo de Faturamento
PRODEB	Auditoria - Gratificação por Participação em Projetos Especiais

Fonte: ACI/DE

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 14 – Determinações/recomendações do TCE/BA.

Determinações/recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º 003028/2021		
<i>Em dezembro de 2021, foi emitido Relatório de Auditoria processo Nº TCE/003028/2021 relacionado ao exercício financeiro do ano - calendário de 2020. O referido relatório aprovou as contas da PRODEB, contudo, apresentou algumas ressalvas e recomendações, que foram esclarecidos ponto a ponto, dentro do prazo estabelecido, portanto processo ainda em tramite perante o TCE.</i>		

Fonte: ACI/DE

QUADRO 15 – Recomendações dos demais órgãos de controle

Identificação do Relatório	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
<i>AGE não realizou Auditoria em 2022</i>	-	-	-
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
<i>CGU não realizou Auditoria em 2022</i>	-	-	-
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
<i>TCU não realizou Auditoria em 2022</i>	-	-	-
Trabalhos realizados por auditores privados			
<i>Vide arquivo Anexo XX no PrestContas 2022, referente ao Relatório da Auditoria Independente de Controles Internos, exercício 2022.</i>			

Fonte: AC/DE

Salvador, 26 de abril de 2022.